

O legado de Ruy Mauro Marini para as Ciências Sociais

Carlos Eduardo Martins

Ruy Mauro Marini foi um dos principais cientistas sociais latino-americanos. Sua obra é marcada por uma profunda criatividade que se expressa no rigor do uso dialético do método marxista para compreender a realidade latino-americana e o desenvolvimento da economia mundial. Ao fazê-lo, o autor redefine as leis gerais da acumulação do capital desdobrando as categorias abstratas na realidade concreta, seguindo o plano de Marx nos *Grundrisse*, onde este nomeava cinco níveis de aproximação do pensamento à realidade para reconstituí-la como *concreto espiritual*: a) as categorias básicas da realidade (território, população etc); b) a definição das principais categorias internas da sociedade burguesa (capital, trabalho e renda da terra) c) a síntese destas relações no Estado; d) as relações internacionais de produção; e e) o mercado mundial e as crises.

Partindo de uma totalidade mais ampla do que a teorizada pelo pensamento eurocêntrico, que via a Europa Ocidental a partir de suas relações internas e o mundo como um espaço a ser ocupado por seu desdobramento externo, Marini inclui no conceito de *economia mundial*, as relações internacionais de produção e o mercado mundial, inscrevendo aí centro, periferia e os países socialistas. No âmbito destas relações se constitui o padrão mundial de reprodução do capital e o lugar que nele ocupa a América Latina e seus países, ou a Europa Ocidental e os Estados Unidos, por exemplo. Entre os temas que o autor abordou em sua obra estão o capitalismo dependente e sua especificidade, as questões da transição ao socialismo, o balanço do pensamento social latino-americano e a análise dos processos de globalização.

Em sua análise do capitalismo dependente, o autor desenvolve conceitos de enorme fecundidade para a interpretação dos processos de acumulação de capital na América Latina. São os conceitos de *superexploração do trabalho*, *subimperialismo*, *Estados de contra-insurgência* e *Estados de quarto poder*.

O conceito de *superexploração do trabalho* designa a queda dos preços da força de trabalho por debaixo de seu valor e pode ocorrer através de três mecanismos: redução salarial, elevação da intensidade de trabalho ou aumento da jornada de trabalho, ambos sem o aumento da remuneração equivalente à maior utilização e desgaste da força de trabalho. Segundo Marini, a superexploração é o resultado de compensações

que visam neutralizar transferências de mais-valia dos capitais de menor intensidade tecnológica para aqueles que desfrutam de situação monopólica. Estas transferências se originam nos processos de concorrência inerentes à circulação do capital e são impulsionadas, principalmente, pela mais-valia extraordinária, mas também pelos preços de produção. A mais valia-extraordinária assume uma forma intersetorial concentrando progresso técnico no segmento de bens de consumo suntuário e criando demanda para a expansão de suas mercadorias pela substituição de força de trabalho por maquinaria. Desta forma, sustenta os seus preços, apesar de desvalorizar individualmente o produto.

No capitalismo dependente, a mais-valia extraordinária, objetivo por excelência do capital, assume forma extrema pela associação tecnológica entre o grande capital local e o capital estrangeiro. Estabelece-se com isso uma dupla forma de apropriação de mais valia: a) no âmbito da economia dependente, que incide sobre as médias e pequenas burguesias em favor dos monopólios tecnológicos e financeiros internos; b) da economia dependente para a economia internacional, em função do intercâmbio desigual, das remessas de lucros, dos pagamentos de juros e amortizações da dívida, fretes internacionais e serviços de diversos tipos, que representam diversas formas de transferências de mais-valia para monopólios internacionais.

Estas formas de apropriação de mais-valia na economia dependente implicam na reação da média e pequenas burguesias para manter suas taxas de lucro via superexploração do trabalho, uma vez que não conseguem neutralizá-la via desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, restringem relativamente ou absolutamente a produção de bens de consumo necessário, reorientando parte da mesma para o setor de bens de consumo suntuário onde está concentrada a mais-valia extraordinária. Tal expediente significa um processo de monopolização e destruição de capitais no segmento de bens de consumo necessários, ao tempo que cria um padrão de específico de regulação do mercado de trabalho, de que se aproveita a burguesia monopólica, uma vez que os setores que estão abaixo das condições médias de produção e condicionados pela situação monopólica, são os responsáveis pela maior parte da geração de empregos.

Os resultados são os altíssimos índices de desigualdade nas economias dependentes, muito superiores àqueles estabelecidos nos países centrais; e a enorme incapacidade de avançar em reformas sociais significativas que atinjam a concentração de propriedade fundiária, urbana e empresarial, erradiquem a miséria e a pobreza, e promovam o desenvolvimento social e a sustentabilidade democrática.

Por estas razões, Marini considera os processos democráticos na América Latina instáveis. Tendiam a dar lugar a Estados de contra-insurgência ou a Estados de quarto poder. Os primeiros suprimem os processos democráticos e assumem uma política de terror e de extermínio das esquerdas, organizações dos trabalhadores e da oposição liberal mais radical. Os últimos restabelecem os processos democráticos, mas criam aparatos de controle e vigilância fora do poder legislativo e da representação eletiva no poder executivo, para subordiná-los aos interesses do grande capital e das forças armadas. O avanço dos movimentos sociais e as fraturas provocadas pelo neoliberalismo entre o grande capital e as forças armadas abriram o espaço para a radicalização democrática levando à retomada do dilema entre novas situações de instabilidade política institucional e o avanço rumo a um capitalismo de Estado de forte base popular como forma de transição ao socialismo.

Marini ao estabelecer sua teoria da superexploração do trabalho em *Dialética da Dependência* (1973) não pretendeu lhe dar-lhe formato definitivo e acabado, mas colocar os pilares fundamentais de uma economia política da dependência a ser desenvolvida posteriormente. Concebe *Dialética da Dependência* como uma introdução ao tema ao qual voltou em vários trabalhos como em *Las razones del neodesarrolismo* (1978), *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (1979), *O ciclo do capital na economia dependente* (1979) e *Processos e tendências da globalização capitalista* (1996) para citar os mais proeminentes.

Embora sua proposição sobre a superexploração seja seminal e paradigmática e ele a associe à dinâmica do capitalismo e ao progresso tecnológico, alguns aportes são importantes para desenvolver sua perspectiva:

- a) A matematização do enfoque da superexploração no âmbito da teoria do valor mostrando sua pertinência e as condições concretas a partir das quais atua no plano da concorrência;
- b) A inclusão do aumento do valor da força de trabalho - em função do aumento de sua qualificação - sem o aumento correspondente da remuneração, como uma das vias de superexploração, que apesar de não estar formalmente nomeada estava implícita em seu enfoque; e
- c) A inclusão da desvalorização dos bens de consumo suntuários em função da competição para sustentar a mais-valia extraordinária como um dos fatores possíveis de ampliação da esfera de consumo popular. Esta é uma forma de ampliação da esfera de consumo popular distinta daquela estabelecida pela mais-

valia relativa. Desenvolve-se muito lentamente e depende da elevação dos preços da força de trabalho, ainda que em proporção inferior ao seu valor, para a aquisição de bens mais caros que os tradicionalmente populares. Trata-se, entretanto, de um processo sujeito à regressão uma vez que as condições de superexploração venham a se agravar.

Na conjuntura contemporânea, estabelecida a partir de 2003 na América Latina, três fatores têm suavizado as taxas de superexploração na região:

- a) A entrada na China no mercado mundial como forte importadora de produtos básicos e commodities invertendo as relações de preços entre produtos primários e manufaturados, o que vem favorecendo largamente a balança comercial e de transações correntes latino-americana, reduzindo o intercâmbio desigual;
- b) O surgimento de governos de esquerda e centro-esquerda na região a partir de 1999, com a posse de Hugo Chávez (1999) e, notadamente, desde 2003, com as de Nestor Kirchner e Lula. Tais governos, aos que se somariam Tabaré Vasquez/Mujica (2005/2010), Evo Morales (2006), Michele Bachelert (2006), Rafael Correa (2007), além de Fernando Lugo (2008-2011) e Manuel Zelaya,(2006-2008), os dois últimos depostos, ampliaram, no geral, em maior ou menor grau o consumo popular. Nos casos mais radicais se colocou em cheque a estrutura social assentada sob a superexploração, e em outros casos se propiciaram melhorias ou ajustes dentro da ordem e
- c) O estabelecimento de um ciclo longo de expansão da economia mundial desde 1994, o que favorece à competição, à difusão tecnológica e à desvalorização de mercadorias para manter-se a mais-valia extraordinária. Embora tal ciclo tenha se iniciado na economia mundial desde 1994, as taxas de pobreza só apresentarão baixa na região a partir de 2003, tomando-se 1980 como referência.

Entretanto, estas tendências positivas podem ser revertidas em função da mudança da pauta de importação da China, propiciada por seu desenvolvimento tecnológico e elevação do nível de renda de sua população; do esgotamento do ciclo expansivo na economia mundial, realidade provável para a década de 2010; e da crise política e econômica de gestão do Estado por parte dos governos de esquerda e centro-esquerda, o que uma recessão mundial mais profunda, prolongada e generalizada pode propiciar.

Outro tema chave da economia política de Marini é o do *subimperialismo*. Para o autor, o subimperialismo é uma realidade econômica e política do capitalismo dependente que se desenvolve em países de composição orgânica média do capital, em contradição com o imperialismo, frente ao qual busca espaço e acomodação. O subimperialismo surge como uma necessidade de expansão do capitalismo dependente em situação onde as escalas produtivas se chocam contra os limites do mercado interno. Três serão então as possibilidades para a realização de mercadorias: a) o consumo suntuário; b) o consumo estatal e c) a exportação de mercadorias e capitais para mercados vizinhos, aproveitando-se das assimetrias tecnológicas. As três possibilidades em verdade se conjugam e a alternativa subimperialista só poderia se desenvolver na América Latina, no Brasil. Descarta-se o México pela presença dos Estados Unidos e a Argentina pela proximidade com o Brasil. O subimperialismo assume ainda uma dimensão político-militar exercendo poder coercitivo para limitar a soberania de estados vizinhos, cujo modelo nos anos 1960/70 foi a tese das fronteiras ideológicas manejada pela ditadura brasileira no cone sul. Este enfoque foi exposto por Ruy Mauro Marini em textos como *La acumulación mundial y el subimperialismo* (1977) e *Estado y crisis en Brasil* (1977). Posteriormente, em *Dependência y integração na América Latina* (1992), o autor relativiza a questão do subimperialismo em função da ofensiva do neoliberalismo e do consenso de Washington sobre a região, o que limitaria drasticamente a autonomia relativa dos Estados latino-americanos e de seus projetos subimperialistas nos planos comercial, financeiro ou militar.

A crise do neoliberalismo permitiu aos países de maior desenvolvimento relativo regional retomar iniciativas locais integradoras. Uma análise recente da questão do subimperialismo mostra o avanço das assimetrias comerciais entre os países do cone sul, em flagrante benefício do Brasil, que estabeleceu com os países da região relação inversa que as com a economia mundial: exportador de manufaturas e importador de matérias-primas, coincidindo apenas no expressivo superávit comercial. Elevam-se também os estoques de investimento direto e os fluxos de remessas de lucros do Brasil na região. De outro lado, observa-se que a dívida pública tornou-se a grande fonte de realização do capital e de seus lucros extraordinários. O Estado atua não tanto como fomentador do desenvolvimento de uma indústria pesada, mas principalmente como organizador da financeirização do capital que desloca parte dos investimentos do setor produtivo para a dívida pública. Este processo atingiu no Brasil a sua máxima projeção na América Latina, restringindo a necessidade de busca de mercados externos.

Embora a política externa brasileira seja progressista, não avançou o suficiente para neutralizar o deslocamento da base econômica do país rumo aos vizinhos locais. A aprovação do Banco do Sul segue paralisada no Congresso Nacional brasileiro e o empresariado brasileiro baseia-se muito mais no BNDES, em função de seu poder financeiro superior e estritamente nacional para a tomada de decisões de investimentos, do que pretende fazer no Banco do Sul.

Na década de 1990, Marini dedica-se a analisar os processos de globalização desenvolvendo a tese de que a superexploração se estende aos países centrais, em função do crescente nivelamento da composição técnica do capital no mundo, o que permite ao grande capital internacional utilizar a força de trabalho superexplorada como um regulador do mercado de trabalho nos países centrais. De outro lado, dedica-se ainda a fazer um balanço do pensamento latino-americano analisando as seguintes correntes: anti-imperialismo, desenvolvimentismo, teorias da dependência, endogenismo, neodesenvolvimentismo e neoliberalismo. Tal resultado foi publicado em uma coleção que organizou intitulada *Teoria Social Latinoamericana* em 4 tomos, entre 1994-96, com a contribuição de pensadores de diversas partes da América Latina.